

Capítulo 4

E agora, que caminho vou escolher?

Textos

Texto 1: Ética e outras questões contemporâneas: fragmento de A. F. Chalmers

Texto 2: O nascimento da bioética: fragmento de Diniz & Guilhem

Texto 1

Contextualização prévia

Até aqui você conheceu diversas abordagens científicas, desde as mais clássicas, como o racionalismo, o empirismo e o criticismo, até as mais recentes, como o falsificabilismo e a teoria dos paradigmas. Uma vez que você, como acadêmico, venha a tentar resolver um problema, uma inquietação, de modo científico, é natural que assuma alguma dessas abordagens para encaminhar o seu problema. E então você pode se perguntar: acabou? Isso é tudo? Basta eu ter um problema, assumir uma abordagem científica, escolher um método e partir para a investigação?

A resposta poderia ser sim. No entanto, desde o seu surgimento, a ciência moderna já se mostrou tão poderosa quanto catastrófica, tendo causado desastres que avançaram as fronteiras da ética. Basta pensar em alguns eventos emblemáticos – como desastres nucleares ou a eugenia (a ciência da raça perfeita adotada por Hitler) – para entender sobre o que estamos falando.

Como sugere Edgar Morin, historicamente, as ciências não demonstraram ter consciência de que lhes falta uma consciência. Contudo, na altura da história em que nos encontramos, não podemos mais iniciar qualquer investigação sem considerar os problemas éticos que podem estar implicados nela.

No texto a seguir, Morin discute que responsabilidade cabe ao pesquisador perante a sociedade e o homem, propondo os parâmetros para uma ética científica.

Ética e outras questões contemporâneas: fragmento de Edgard Morin

A responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem (1982)

Neste simpósio consagrado ao método, vou abordar a questão que carece de método: a responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem.

A ausência de responsabilidade científica e de ciência da responsabilidade

Responsabilidade é noção humanista ética que só tem sentido para o sujeito consciente.

Ora, a ciência, na concepção “clássica” que ainda reina em nossos dias, separa por princípio fato e valor, ou seja, elimina do seu meio toda a competência ética e baseia seu postulado de objetividade na eliminação do sujeito do conhecimento científico. Não fornece nenhum meio de conhecimento para saber o que é um “sujeito”.

Responsabilidade é, portanto, não sentido e não ciência. O pesquisador é irresponsável por princípio e profissão.

Ao mesmo tempo, a questão da responsabilidade escapa aos critérios científicos mínimos que pretendem guiar a distinção do verdadeiro e do falso. Está entregue às opiniões e convicções, e, se cada um pretende e julga ter conduta “responsável”, não existe fora da ciência nem dentro dela um critério verdadeiro da “verdadeira” responsabilidade. Assim, Einstein sentiu-se profundamente responsável perante a humanidade quando, primeiro, lutou contra todos os preparativos militares. Sentiu-se ainda mais responsável perante a humanidade quando interveio insistentemente para a fabricação da bomba atômica.

O exemplo de Einstein é elucidativo. O espírito mais genial não dispõe de condições que lhe permitam pensar a ciência na sociedade, isto é, conhecer o lugar e o papel da ciência na sociedade.

Efetivamente, não existe sociologia da ciência. Existem apenas inquéritos parcelares sobre a vida dos laboratórios e os costumes dos cientistas, concepções deterministas pueris que transformam a ciência em mero produto da sociedade ou, mesmo, em ideologia de classe. Uma sociologia da ciência deveria ser cientificamente mais forte do que a ciência que abarca e, no entanto, é cientificamente enferma em relação às outras ciências. Então, se não se sabe conceber cientificamente o cientista e a ciência, como pensar cientificamente a responsabilidade do cientista na sociedade?

Por outro lado, o caso de Einstein implica questão sociológica mais geral, a da ecologia dos atos cujo princípio podemos formular do seguinte modo: o ato de um indivíduo ou de um grupo entra num complexo de inter-retroações que o fazem

derivar, desviar e, por vezes, inverter seu sentido; assim, uma ação destinada à paz pode, eventualmente, reforçar as probabilidades da guerra; inversamente, uma ação que reforce os riscos de guerra pode, eventualmente, proporcionar a paz (intimidação). Portanto, não basta ter boas intenções para ser verdadeiramente responsável. A responsabilidade deve enfrentar uma terrível incerteza.

A ciência sem consciência

A questão “o que é a ciência?” não tem resposta científica. A última descoberta da epistemologia anglo-saxônica afirma ser científico aquilo que é reconhecido como tal pela maioria dos cientistas. Isso quer dizer que não existe nenhum método objetivo para considerar ciência objeto de ciência, e o cientista, sujeito.

A dificuldade de conhecer cientificamente a ciência cresce com o caráter paradoxal desse conhecimento:

- Progresso inaudito dos conhecimentos correlativos ao progresso incrível da ignorância.
- Progresso dos aspectos benéficos do conhecimento científico correlativo ao progresso de seus caracteres nocivos e mortíferos.
- Progresso crescente dos poderes da ciência e impotência crescente dos cientistas na sociedade em relação aos próprios poderes da ciência.

O poder está em migalhas no nível da investigação, mas reconcentrado e engrenado no nível político e econômico.

A progressão das ciências da natureza provoca regressões que afetam a questão da sociedade e do homem.

Além disso, a hiperespecialização dos saberes disciplinares reduziu a migalhas o saber científico (que só pode ser unificado em níveis de elevada e abstrata formalização), sobretudo nas ciências antropológicas, que têm todos os vícios da sobre-especialização, sem ter suas vantagens. Assim, todos os conceitos molares que abrangem várias disciplinas estão esmagados ou lacerados entre essas disciplinas e não são reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares. Torna-se impossível pensar cientificamente o indivíduo, o homem, a sociedade. Alguns cientistas acabaram por crer que sua incapacidade para pensar esses conceitos provava que as ideias de indivíduo, homem e vida eram ingênuas e ilusórias, e promulgaram sua liquidação. Então, como conceber a responsabilidade do homem em relação à sociedade e a da sociedade em relação ao homem quando já não há homem nem sociedade?

Enfim, e sobretudo, o destroçado processo do saber/poder tende a conduzir, se não for combatido no interior das próprias ciências, a total transformação do sentido e da função do saber o saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e

sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos. Geralmente, a tomada de consciência dessa situação chega partida ao espírito do investigador científico, que a reconhece e, ao mesmo tempo, dela se protege em tríptica visão que dissocia e não permite a comunicação de: ciência (pura, nobre, bela, desinteressada), técnica (que, como a língua de Esopo, pode servir para o melhor e para o pior) e política (má e nociva, que perverte a técnica, isto é, os resultados da ciência).

A acusação do político pelo científico toma-se, assim, para o pesquisador, a maneira de iludir a tomada de consciência das interações solidárias e complexas entre as esferas científicas, técnicas, sociológicas e políticas. Impede-o de conceber a complexidade da relação ciência/sociedade e leva-o a fugir da questão de sua responsabilidade intrínseca. Outra cegueira simétrica consiste em ver na ciência uma pura e simples “ideologia” social; a partir daí, o cientista que assim considera a ciência troca o modo de pensar científico pelo do militante, no momento em que se trata de pensar cientificamente a ciência.

Ética do conhecimento e ética da responsabilidade: soluções não, caminhos

Embora o conhecimento científico elimine de si mesmo toda a competência ética, a *praxis* do pesquisador suscita ou implica uma ética própria. Não se trata unicamente de uma moral exterior que a instituição impõe a seus empregados; trata-se de mais do que consciência profissional inerente a toda profissionalização; de ética própria do conhecimento, a qual anima todo pesquisador que não se considera um simples funcionário. É o imperativo: conhecer para conhecer, que deve triunfar, para o conhecimento, sobre todas as proibições, tabus, que o limitam. Assim, o conhecimento científico, desde Galileu, venceu interdições religiosas. A ética do conhecer tende, no pesquisador sério, a ganhar prioridade, a opor-se a qualquer outro valor, e esse conhecimento “desinteressado” desinteressa-se de todos os interesses político- econômicos que utilizam, de fato, esses conhecimentos.

A questão da responsabilidade do investigador perante a sociedade é, portanto, uma tragédia histórica, e seu terrível atraso em relação à urgência torna-a ainda mais urgente.

Mas seria inteiramente ilusório crer que se pode encontrar uma solução mágica. Pelo contrário, há que insistir no contra- efeito de duas ilusões: 1) a ilusão de que existe uma consciência política de base científica que possa guiar o pesquisador toda teoria política que se pretende científica tende a monopolizar a qualidade de ciência, revelando, assim, sua anticientificidade; 2) a ilusão de que uma consciência moral é suficiente para que a ação que desencadeia tome o sentido de seu objetivo. A ecologia da ação mostra que nossas ações, uma vez entradas

no mundo social, são arrastadas num jogo de interações/retroações em que são desviadas de seu sentido, tomando por vezes sentido contrário, como, por exemplo, Einstein, já citado. Temos, portanto, de tentar ultrapassar o isolamento esplêndido e o ativismo limitado.

Aqui, não há soluções. Há caminhos:

a) a tomada de consciência crítica

O cientista deve deixar de julgar-se Moisés (Einstein), Jeremias (Oppenheimer), mas não deve considerar-se Job, com sua miséria. Embora os pesos burocráticos sejam enormes na instituição científica (francesa, não suíça, bem entendido), é preciso que o meio científico possa pôr em crise aquilo que lhe parece evidente.

b) a necessidade de elaborar uma ciência da ciência

O conhecimento do conhecimento científico comporta necessariamente uma dimensão reflexiva, que deve deixar de ser remetida à filosofia; que deve vir do interior do mundo científico, como mostra claramente o Prof. Pilet. Os diversos trabalhos de Popper, Kuhn, Feyerabend, Lakatos assinalam como traço comum o fato de mostrar que as teorias científicas, como os icebergs, têm enorme parte imersa, que não é científica, que é a zona cega da ciência, indispensável, entre tanto, ao desenvolvimento da ciência.

Temos de caminhar para uma concepção mais enriquecida e transformada da ciência (que evolui como todas as coisas vivas e humanas), em que se estabeleça a comunicação entre objeto e sujeito, entre antropossociologia e ciências naturais. Poder-se-ia, então, tentar a comunicação (não a unificação) entre “fatos” e “valores”; para que tal comunicação seja possível, não necessário, por um lado, um pensamento capaz de refletir sobre os fatos e de organizá-los para deles obter conhecimento não só atomizado, mas também moldar, e, por outro, um pensamento capaz de conceber o enraizamento dos valores numa cultura e numa sociedade.

O problema da consciência (responsabilidade) supõe a reforma das estruturas do próprio conhecimento.

Assim, o problema não tem solução, atualmente.

Pode parecer que lhes apresento um quadro desesperado, que introduzo a dúvida generalizada que, destruindo a rocha sólida das convicções, deve provocar pessimismo desmoralizador e devastador. Mas isso seria esquecer que é necessário desintegrar as falsas certezas e as pseudo-respostas, quando se quer encontrar as respostas adequadas. Seria esquecer que a descoberta de um limite ou de uma carência em nossa consciência já constitui progresso fundamental e necessário para essa consciência.

Seria verdadeiramente ingênuo que os cientistas esperassem e desejassem uma solução mágica. Devemos compreender que a noção de responsabilidade do cientista nos obriga a ser responsáveis pelo uso da palavra responsabilidade, isto é, obriga-nos a revelar suas dificuldades e complexidade.

Ainda (?) não temos uma solução. Entretanto, devemos viver e assumir um politeísmo de valores. Mas, ao contrário do politeísmo inconsciente (no qual o pesquisador que obedece no seu laboratório a ética do conhecimento se transforma bruscamente, fora do laboratório, em amante ciumento, marido egoísta, pai brutal, motorista histérico, cidadão limitado e se satisfaz politicamente com afirmações que rejeitaria com desprezo, se dissessem respeito a seu campo profissional), o politeísmo deve tornar-se consciente.

Servimos pelo menos a dois deuses, complementares e antagônicos: o deus da ética do conhecimento, que nos manda sacrificar tudo à *libido scienti*, e o deus da ética cívica e humana.

Há, certamente, um limite para a ética do conhecimento; mas era invisível e nós o transpusemos sem saber o limite no qual o conhecimento traz consigo a morte generalizada.

Então, só nos resta, atualmente, uma coisa: resistir aos poderes que não conhecem limites e que já, em grande parte da terra, amordaçam e controlam todos os conhecimentos, salvo o conhecimento científico tecnicamente utilizável por eles, porque esse, precisamente, está cego para suas atividades e para seu papel na sociedade, está cego para suas responsabilidades humanas.

Referências

MORIN, Edgard. A responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem. In: MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1982].